

RECURSO ESPECIAL Nº 1.858.036 - MG (2020/0009931-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : DSERVICE MANUTENÇÕES E MONTAGENS LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIO DE SOUZA VALENTIM - MG096489
LUIZ GUILHERME DE MELO BORGES - MG087179N
RECORRIDO : CPI COMERCIAL DE PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO : VALÉRIA PINTO FERRAZ - MG096199

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 716):

EMENTA: AGRAVO INTERNO - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C COBRANÇA - GRATUIDADE DA JUSTIÇA - PESSOA JURÍDICA - DÉBITOS FISCAIS E TRABALHISTAS - HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - NÃO COMPROVAÇÃO.

Nos termos da Súmula 481/STJ, "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

A existência de débitos fiscais e trabalhistas não caracterizam presunção de hipossuficiência para a concessão da gratuidade da justiça.

Considerando que a agravante não comprovou sua incapacidade financeira de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, impõe-se a manutenção da decisão que indeferiu os benefícios da gratuidade da justiça.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 98, 99 e 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta ser cabível, na hipótese, o deferimento da gratuidade de justiça em seu favor, considerando que a recorrente "juntou aos autos, para comprovar sua condição de hipossuficiente, farta prova, de modo que colacionou aos autos toda a documentação possível para demonstrar sua condição de hipossuficiente, de forma a demonstrar tanto a inexistência de quaisquer ativos, como seu elevado passivo financeiro" (e-STJ, fl. 731).

Alega, também, a inaplicabilidade da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, por ausência de motivação idônea, pois a simples improcedência do recurso não justifica a imposição da pena pecuniária.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, ressalto que a jurisprudência desta Corte Superior está pacificada no sentido de que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Súmula 481/STJ).

Na hipótese, porém, o Tribunal de origem, com base em circunstâncias fáticas e probatórias inerentes à causa, concluiu que a recorrente não comprovou sua alegada condição de hipossuficiência financeira, conforme se depreende da fundamentação do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 718-719):

Conheço do recurso, uma vez que presentes os pressupostos legais de sua admissibilidade.

Observa-se que a agravante não trouxe argumentos suficientes, nem outros documentos aptos a modificar o entendimento adotado por ocasião da prolação da decisão monocrática (fl. 615/616-v).

A agravante afirma que o último balanço da empresa, relativo ao ano de 2013, demonstra um prejuízo acumulado de 28 milhões, sendo que as atividades foram paralisadas a partir do mencionado exercício.

Todavia, apresentou sua contestação em outubro/2014 (fl. 162/171) e mesmo comprovado o mencionado prejuízo no ano de 2013, não fez qualquer menção ao encerramento das suas atividades, bem como não requereu a gratuidade da justiça à época.

Por seu turno, os extratos bancários apresentados pela agravante são do ano de 2015 e não refletem sua situação financeira atual.

Além disso, a situação da agravante junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica consta como "INAPTA" em razão de "LOCALIZAÇÃO DESCONHECIDA" (fl. 314), não havendo qualquer menção ao encerramento das atividades.

Ao contrário do que alega, a mencionada situação junto ao CNPJ não demonstra a paralisação de suas atividades, uma vez que não faz qualquer referência nesse sentido.

A Declaração de Imposto de Renda referente ao ano-calendário de 2012 demonstra que a empresa estava em situação regular e tinha elevado faturamento.

Por seu turno, a Declaração de Imposto de Renda referente ao ano-calendário de 2013 se encontra zerada, pois segundo a agravante "já não tinha mais a sua disposição seu sistema gerencial, contábil e fiscal, promovido pela Totvs" em razão da sua inadimplência.

Portanto, a apelante não provou o encerramento das suas atividades desde 2013 e o fato de possuir débitos elevados inscritos na dívida ativa da União, débitos com a Receita Federal e diversas ações trabalhistas, por si só, não comprovam a impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem comprometer sua existência.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de concluir pela configuração da alegada hipossuficiência financeira da empresa recorrente, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. [...]

[...]

4. Para fazer jus ao benefício da gratuidade da justiça, a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais (Súmula 481/STJ). A presença ou não dessa circunstância não é passível de reexame em recurso especial (Súmula 7/STJ).

[...]

RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

(REsp 1.756.557/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019.)

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO.

REVISÃO DA CONCLUSÃO ALCANÇADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante à pessoa jurídica, cabe consignar que, de acordo com o entendimento cristalizado na Súmula 481/STF: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

2. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, no sentido de indeferir a benesse pretendida, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Revê-la importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal pelo teor da Súmula 7 do STJ.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019.)

Quanto ao mais, registro que a simples interposição de agravo interno pela recorrente, ainda que não provido à unanimidade, não é suficiente para justificar a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, pois é necessária, para a aplicação de tal penalidade, a caracterização de abusividade, intuito protelatório ou manifesta improcedência das razões do recurso.

Nesse sentido, aliás, é o entendimento da Segunda Seção do STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. IMÓVEL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. RECONSIDERAÇÃO. NÃO SUSPENSÃO. MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CPC. INAPLICABILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. Confirme decidido pela Segunda Seção do STJ, "a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu

Superior Tribunal de Justiça

na hipótese examinada" (AgInt nos EREsp 1.120.356/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2016, DJe 29/8/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.287.058/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 19/12/2018.)

Com base nesse entendimento, entendo que o agravo interno interposto na origem não se mostra manifestamente inadmissível ou improcedente, visto que suas razões, embora não tenham infirmado a decisão agravada, apresentaram o quadro fático, a legislação pertinente e a jurisprudência pátria, o que demonstra a inaplicabilidade da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a aplicação da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora